



Cartão corporativo ilustra descontrole das contas federais

Síntese: *A descoberta de maus usos de cartões corporativos do governo federal apenas desnuda mais uma das formas perdulárias com que a gestão Lula trata os recursos públicos. As despesas com funcionários aumentam em ritmo muito superior ao do PIB. Gastos com funcionalismo atingiram R\$ 116 bilhões em 2007; na Presidência da República quadro de servidores cresceu 67% em cinco anos. Tudo isso é bancado por tributos em constante alta: no ano passado, a arrecadação do imposto de renda de pessoas físicas subiu 54%.*

O escândalo da farra dos cartões de crédito corporativos do governo federal reacende a discussão sobre o descontrole da gestão Lula sobre suas despesas. Trata-se de comportamento do qual o episódio agora em evidência é apenas a mais recente manifestação. A escalada dos gastos federais já vem sendo notada há alguns anos e coloca sob ameaça o equilíbrio das contas públicas, além de suprimir do Orçamento recursos que deveriam ser destinados a melhorar as condições de vida da população e a infra-estrutura produtiva do país.

O governo do PT gasta cada vez mais – e de maneira cada vez mais perdulária. Ilustram isso as despesas injustificáveis nos cartões, o crescimento continuado do quadro de servidores e a expansão ininterrupta das despesas da União. A contraparte dessa escalada está na carga tributária em ascensão, galinha dos ovos de ouro com a qual a atual gestão federal financia suas benesses.

No ano passado, as despesas da União aumentaram nada menos que 13,3%, ou seja, mais que o dobro do ritmo ao qual a economia brasileira vem se expandindo. Traduzindo em moeda corrente, o país gastou R\$ 53,6 bilhões a mais em comparação com o ano anterior. A despesa total foi de R\$ 455 bilhões. O comportamento é recorrente: em 2006, o aumento nos gastos fora de 14,3%.

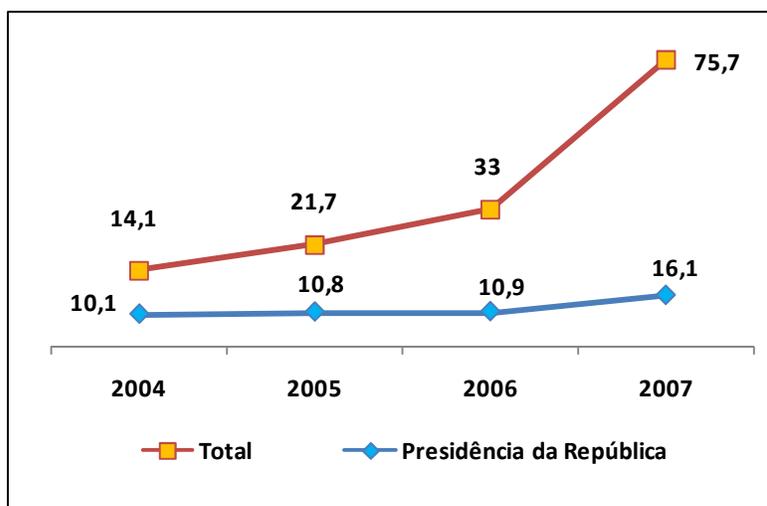
A maior parte dessas despesas em ascensão deve-se a reajustes salariais concedidos ao funcionalismo. O governo Lula lançou-se num desenfreado inchaço da máquina e, em 2007, torrou R\$ 116 bilhões com pessoal e encargos. Só neste item, o salto em comparação com o exercício anterior foi de quase R\$ 11 bilhões, o que equivale a crescimento de 10,3%. As despesas de custeio aumentaram outros R\$ 16,8 bilhões no período. Em contrapartida, o PPI (Programa Prioritário de Investimentos), que deveria bancar melhorias na infra-estrutura, cresceu mirrados R\$ 2,3 bilhões em 2007, segundo balanço do Tesouro Nacional.

Carnaval de benesses

A partir desse comportamento geral, fica mais fácil compreender o desleixo – para dizer o mínimo – com que a gestão federal trata o dinheiro do contribuinte. A farra dos cartões expõe, com crueza de detalhes, a deliberada

confusão entre o que é público e o que é privado que o modo petista de governar adota como padrão. Tomem-se, como exemplo, as faturas assumidas por apenas um dos assessores responsáveis por abastecer as despensas das residências oficiais do presidente da República: só no ano passado ele gastou R\$ 115 mil. Qual a explicação para tanto?

Gastos com cartões corporativos federais (em R\$ milhões)



Fonte: Portal da Transparência (www.portaltransparencia.gov.br)

Como quer que se olhe, os números impressionam. De posse de seus cartões corporativos, um grupo de dez assessores mais próximos do presidente Lula – chamados “ecônomos” – torrou nada menos que R\$ 11,6 milhões desde 2003. O padrão é ascendente: um terço disso foi gasto no ano passado. Somente os saques em dinheiro vivo desse pequeno grupo de privilegiados atingiram R\$ 1,7 milhão nos últimos cinco anos. Ou seja, só aí, na boca do caixa, foram, em média, R\$ 34 mil por ano por ecônomo. Se o cálculo for expandido para todos os que servem a Presidência da República e têm em seu poder um cartão de crédito corporativo, a média sobe para R\$ 56 mil anuais, ou quase R\$ 5 mil todos os meses.

Gastos opacos

Há claros exageros na utilização dos cartões, mas o governo petista prefere não admiti-los. Atira-se na busca de confundir a opinião pública tentando envolver governos estaduais no mesmo balaio. A estratégia é rudimentar, embora capaz de produzir alguma fumaça: atém-se a igualar tudo o que é pago com determinado meio – o cartão de plástico – sem discernir a natureza do gasto. E estes são muito diferentes, tanto que apenas o que se conhece até agora em âmbito federal já foi suficiente para derrubar uma ministra de Estado e colocar outros dois em situação embaraçosa: compras em *free shops*, tapiocarias e hospedagens em hotéis não comportam explicação que não afronte o contribuinte.

Não é só o volume de gastos com cartões que é escandaloso. O sigilo que os cerca é algo ainda mais condenável. Embora o governo federal alardeie que a população pode verificar na internet como cada detentor de cartão gasta os recursos públicos, o que é positivo, uma grossa parte das despesas permanece sob sombras, sob alegação de segurança, baseada num decreto-lei de 1967.

No ano passado, nada menos que R\$ 25,4 milhões foram considerados gastos de "caráter secreto ou reservado" no sistema de acompanhamento da execução orçamentária, o Siafi. Ninguém sabe a que servem. Segundo a ONG Contas Abertas, o valor representa quase o triplo verificado em 2002. Já considerada toda a inflação do período, é quatro vezes superior aos gastos de 1996. Parte desses dispêndios foram feitos com cartões corporativos. A campeã nos gastos sigilosos é a Presidência da República.

Padrão perdulário

A Era Lula reinaugurou um padrão de perdularismo com o dinheiro do contribuinte que as boas práticas administrativas vêm se esforçando em abolir do serviço público. Com regularidade, repetem-se casos que mais parecem saídos de reinos nababescos. Já se tornaram clássicas as compras de automóveis Omega australianos e toalhas felpudas de algodão egípcio para serem usados pela corte petista. Mas a lista é infindável: em dezembro, por exemplo, foram comprados 50 colchões de solteiro, 340 jogos de lençol, 340 conjuntos de roupa de cama, 50 cobertores, 50 edredons e 150 travesseiros para a Presidência da República. Na virada do ano, um jogo de 15 cadeiras giratórias, a R\$ 4,1 mil cada, também foi adquirido para o conforto do presidente e seus assessores mais próximos.

Já os gastos da União com passagens e diárias ultrapassaram a marca de R\$ 1,2 bilhão no ano passado. As despesas de manutenção da máquina administrativa somaram R\$ 9,4 bilhões, dos quais um terço consumido em informática. Não significa que haja irregularidades aí. Trata-se apenas de constatar, nesta série de exemplos, um padrão nada condizente com as necessidades de gastos de um país que precisa gerar milhões de novos empregos por ano – e não gera, a não ser na própria Presidência da República, onde hoje se amontoam 5.267 pessoas, um aumento de 67% nos últimos cinco anos.

Todo este descontrole só é possível porque o governo Lula cobra cada vez mais tributos dos brasileiros. Em 2007, foram recolhidos R\$ 615 bilhões – ou R\$ 62 bilhões a mais do que no ano anterior. A arrecadação com imposto de renda de pessoas físicas cresceu nada menos que 54% além da inflação. Em boa hora a oposição impôs algum freio a esta expansão, ao rejeitar a prorrogação da CPMF. Com a CPI dos Cartões, surge nova oportunidade de infundir algum controle a gastos que, sob o petismo, têm galopado sem rédeas.



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.

Caso não queira voltar a recebê-la, clique [aqui](#).

Se preferir, basta responder este e-mail preenchendo o campo Assunto com a palavra "Cancelamento" e seu endereço será excluído de nossa lista.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . CEP 70165-900 . Brasília – DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . e-mail:

itv@itv.org.br . site: www.itv.org.br